

ANDREA PATRÍCIA AREIAS JARDIM

SERVIÇO SOCIAL AUTÁRQUICO

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO

2017

ANDREA PATRÍCIA AREIAS JARDIM

SERVIÇO SOCIAL AUTÁRQUICO

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO

2017

ANDREA PATRÍCIA AREIAS JARDIM

SERVIÇO SOCIAL AUTÁRQUICO

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção de grau em licenciatura em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Santos.

Sumário

Este projeto teve como principal objetivo abordar o Serviço Social Autárquico na perspectiva de todos os fatores inerentes ao seu funcionamento. A metodologia utilizada foi a qualitativa, através de uma entrevista semiestruturada. Concluiu-se que sendo o Serviço Social Autárquico o serviço público mais próximo das comunidades é ele o principal instrumento fomentador para um bem estar individual e por conseguinte um bem estar social promovendo um desenvolvimento local. Podendo, em articulação com outras comunidades e com um poder mais autónomo, criar potencialidades para um desenvolvimento social.

Palavras-chave: Serviço Social Autárquico-Bem Estar Social-Desenvolvimento Local

Abstract

The main goal of this project is to put into perspective the Municipal Social Work with the inherent factors. The methodology to a qualitative approach was achieved with a semi-structured interview. Being the Social Work the public service closer to the population, we conclude that is the main instrument to a greater individual wellbeing, therefore, a Social Wellbeing promoting a Local Development. The objective is to articulate with other communities which will mobilize the capabilities, capacities and an efficient resource use to merge responses to a greater Social Development.

Keywords: Municipal Social Work, Social Wellbeing, Local Development

Agradecimentos

Em primeiro lugar, e por ordem natural, quero agradecer aos meus queridos pais não só pelo carinho, amor, valores e educação que me transmitiram ao longo da minha vida permitindo tornar-me na mulher que hoje sou. Mas também porque sem eles não teria conseguido ingressar nem concluir este ciclo de estudos. Quero agradecer também à minha querida avó e querida madrinha, pois foram parte essencial na minha ingressão à Universidade, bem como estruturas e referências, tanto na minha formação académica como enquanto mulher. E a toda a minha família e amigos também. Foi um percurso difícil, como em tudo na vida com coisas boas e coisas más, mas sempre com o princípio de aprendizagem e superação com todas elas. Quero agradecer também à minha querida amiga Ana Rita, com quem partilhei todas essas fases e que tive o privilégio de conhecer na Universidade Fernando Pessoa criando fortes laços de amizade. São tempos que não vamos esquecer. Não posso deixar de agradecer também a todos os professores que tive, pela sua excecionalidade, não só como profissionais mas também como seres humanos. Com todos eles aprendi e isso é de salientar um grande obrigada. Um obrigada também ao professor que me acompanhou desde o início até esta fase final, agora como meu orientador, o Prof. Doutor Luís Santos. Pelo conteúdo das suas aulas e no sentido de capacitar e consciencializar os alunos da importância em formar uma opinião crítica, pela sua paciência e disponibilidade que sempre demonstrou para comigo. No meu estágio curricular tive também o enorme privilégio de me cruzar com profissionais de excelência que me permitiram conhecer as realidades na prática do Serviço Social. Foram eles a Dra. Ana, a Dra. Joana e o Dr. Artur. O meu muito obrigada por tantos ensinamentos, partilha de conhecimentos e pela forma calorosa como me receberam e me integraram na vossa equipa. Não posso deixar de agradecer à Dra. Ondina Pinto, orientadora de estágios na Universidade Fernando Pessoa, pela sua disponibilidade em me receber e orientar, de uma forma sempre amável, consoante as minhas solicitações. Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu querido namorado por me ter sempre apoiado e incentivado a terminar este ciclo de estudos e ter tido paciência comigo nesta fase crítica que nem sempre é acompanhada de bom humor. Decidi escrever esta página de agradecimentos porque acredito que devemos valorizar, reconhecer e agradecer a quem nos ajuda e nos apoia. Por último, não posso deixar de mencionar a minha gata pela companhia que sempre me fez nas madrugadas de estudo.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – Desenvolvimento Social	3
1.1. Desenvolvimento.....	3
1.2. Capital Humano	6
1.3. Capital Social	8
1.4. Bem Estar Social.....	11
1.5. Desenvolvimento Local	13
1.6. Serviço Social Autárquico.....	16
Capítulo II - Metodologia.....	21
2.1. Objetivos do estudo.....	21
2.2. Instrumentos e procedimentos	22
2.3.Caracterização sócio-demográfica do entrevistado	24
Capítulo III – Apresentação e discussão de resultados.....	25
3.1. As Práticas do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local.....	25
3.1.1.Principais práticas.....	25
3.1.2. Principais problemáticas.....	27
3.1.3. Principais atividades.....	31
3.1.4. Principais dificuldades.....	32
3.2. Discussão.....	33
Conclusão.....	38
Referências Bibliográficas.....	40
Anexos.....	43

Introdução

Com este projeto pretende-se abordar a importância do Serviço Social Autárquico e os seus fatores de intervenção no âmbito do Desenvolvimento Local. Parece-nos relevante notar de que é a partir de uma autarquia local que podemos conhecer a realidade de uma comunidade no sentido de a poder transformar, se necessário, e a partir dessa realidade local transformada conseguir um Desenvolvimento Local que se pode propor então a atingir um Desenvolvimento Social.

Por essa razão, o primeiro capítulo deste projeto irá ter início com uma perspetiva macro, abordando o conceito de Desenvolvimento Social e nos fatores essenciais que nele acarretam. Esses fatores passam por um capital humano e um capital social com consciência da sua participação em sociedade que se poderá traduzir num bem estar geral, tanto individual como social. Em seguida, abordamos o conceito mais micro, designadamente o Desenvolvimento Local e por fim o conceito de Serviço Social Autárquico tendo este, o papel fomentador na identificação de problemáticas e na promoção de transformador de uma realidade local, através do Desenvolvimento Local para um bem maior como uma transformação de realidade social, através do Desenvolvimento Social.

Numa segunda parte, no segundo capítulo, caracterizamos o objetivo de estudo, geral e específicos, definimos os instrumentos e procedimentos utilizados para a recolha de dados necessária para este projeto e por fim temos a caracterização sócio-demográfica do entrevistado.

Numa terceira e última parte, no terceiro capítulo, após a recolha e análise de dados, damos início à apresentação desses mesmos dados dividindo-os por questões pertinentes tais como: as práticas do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local, as principais problemáticas sentidas na comunidade, as principais atividades e dificuldades do Serviço Social na sua atuação. O que nos permitiu uma discussão final relacionando a parte teórica abordada no primeiro capítulo com os resultados obtidos da recolha e análise de dados deste terceiro e último capítulo.

Capítulo I – Desenvolvimento Social

Neste capítulo iremos abordar o conceito de desenvolvimento social e o que ele representa em toda a sua globalidade através da definição de termos como: desenvolvimento, capital humano, capital social, bem estar, desenvolvimento local e por fim, Serviço Social Autárquico. Sendo que estes fatores são fundamentais na construção de uma definição concreta do conceito deste capítulo. De forma a se dar um desenvolvimento social é necessário um capital humano e um capital social consciencioso que se traduzirá num Bem Estar. O Serviço Social Autárquico é o instrumento capaz de identificar e analisar de forma a encontrar respostas sociais e dessa forma contribuir para um desenvolvimento local sendo então viável um desenvolvimento social.

1.1. Desenvolvimento

É de salientar, em primeiro lugar, a importância de distinguir os termos desenvolvimento e crescimento. De acordo com Simões Lopes (2006) não só na Economia e nas Ciências Sociais o crescimento é instrumento e o desenvolvimento fim, referenciando no seu artigo o professor Adérito Seda Nunes nesse sentido, “se alguém confunde o crescimento de uma criança com o desenvolvimento desta; levando-nos a assentar conscientemente a ideia de que o seu crescimento pode ser condição necessária de desenvolvimento, mas não é sua condição suficiente; fazendo-nos atentar em que, se alguma vez o crescimento for objetivo, é hierarquicamente inferior ao desenvolvimento; será, eventualmente, o objetivo instrumental dele.”.

Uma vez compreendido o que diferencia desenvolvimento de crescimento iremos dar continuidade ao conceito de desenvolvimento numa abordagem, agora, mais voltada para o seu significado no âmbito da realidade social. Existe uma linha muito ténue entre a perspetiva social e a perspetiva económica, logo, iremos partir do pressuposto de um desenvolvimento sócio-económico.

O desenvolvimento representa muito mais do que o crescimento da economia sendo que acerca de um país ou região, conforme Seers, 1969 (*cit. in* Simões Lopes, 2006) só se pode falar em desenvolvimento aquando de uma redução na pobreza, no desemprego e nas desigualdades. Caso uma destas situações, ou mesmo as três em conjunto, não sejam alvo de uma diminuição, não se pode falar em desenvolvimento, mesmo que o crescimento tivesse feito duplicar a capacitação do rendimento.

Segundo Simões Lopes (2006) muitas situações carecem de uma necessidade efetiva de aumentar a produção, de crescer. Mas não é de qualquer tipo de crescimento, nem em qualquer parte, ou a qualquer preço, que faz gerar o desenvolvimento. Conforme Todaro, 1977 (*cit. in* Simões Lopes, 2006):

“o desenvolvimento é um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e a reorientação dos sistemas económicos e sociais. Todas as teorias do desenvolvimento (ou do subdesenvolvimento) rejeitam a ênfase exclusiva na aceleração do crescimento do produto como indicador de desenvolvimento. Em vez disso, há que sublinhar a necessidade de reformas institucionais e estruturais de modo a caminhar-se para a erradicação da pobreza absoluta, há que proporcionar generalizadamente oportunidades de emprego, há que reduzir as desigualdades na distribuição do rendimento e elevar em geral o nível de vida, onde a saúde, a educação, o próprio enriquecimento cultural têm de ter lugar, decisiva e insofismavelmente.”

O termo de desenvolvimento na economia surge nas primeiras abordagens feitas pela Economia da Repartição, tornando o seu contributo essencial para a definição do mesmo, de modo que, segundo Simões Lopes (2006) é ela, a Economia da Repartição, o verdadeiro estabilizador social na importância de uma partilha equilibrada do produto da atividade económica a todas as escalas, mundial, dos países, das regiões, das

empresas. É ela que demonstra a importância de constatar, nas relações entre rendimentos e preços, quanto é fundamental fazer o balanço “receitas-despesas” em síntese orçamental onde as receitas se hão-de alimentar significativamente de impostos. Impostos estes, que não têm de desempenhar apenas a função de arrecadação de receitas mas devem desempenhar também uma função social determinante de maior equilíbrio na sua repartição. No entanto, e porque as pessoas não devem ser colocadas de parte, a Economia da Repartição havia também de se preocupar com a participação no processo social, do qual ninguém deveria ser excluído. O que nos conduzia a encarar de forma séria as questões do emprego e do desemprego.

De acordo com Simões Lopes (2006) o acesso às oportunidades mais fundamentais como o emprego, colocam-se em causa pois ninguém deve ser excluído de participar no processo social do desenvolvimento. Falamos de um tipo de exclusão que nunca será compensada por contrapartidas, designadamente por subsídios. Sendo que os subsídios se tornam num debilitador da auto-estima temos de encarar o desemprego como uma das piores formas de exclusão, a participação da construção social.

O desenvolvimento pode impor o afastamento das principais causas da falta de liberdade que de acordo com Simões Lopes (2006) se designam pela pobreza, a tirania, as oportunidades económicas, a escassez e as privações sociais sistemáticas, a negligência em relação à oferta de equipamentos públicos, bem como a intolerância nos Estados repressivos. A falta de liberdade económica, sob a forma de pobreza extrema, pode tornar uma pessoa numa presa fácil de violação de outras formas de liberdade. O exercício da liberdade é mediado por “valores” e os valores são influenciados pela discussão pública e interações sociais. Daí a liberdade de participação ter de ser considerada também um valor de desenvolvimento.

Ainda segundo Simões Lopes (2006) não podemos descrever do sentido da responsabilidade social enquanto ser humano que requer proteger e estimular. A questão

dos valores sociais são, portanto fundamentais nas várias formas de organização social. Que têm desempenhado um papel importante na forma de tentativas de regulação do mercado, na democracia política, nos direitos humanos mais elementares, no provimento dos bens públicos básicos e na ação pública. Valores como o altruísmo e a solidariedade devem ser protegidos (Simões Lopes, 2006).

Conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano realizado pelas Nações Unidas em 1990, “o desenvolvimento parte de um simples conceito: alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza das vidas humanas, e não, de forma redutora, à riqueza das economias” (Relatório do Desenvolvimento Humano, 2015).

Nesta última perspectiva de “riqueza das vidas humanas” enunciada no último parágrafo, damos continuidade ao conceito global de desenvolvimento social identificando o contributo imprescindível do conceito de capital humano para o mesmo.

1.2. Capital Humano

A ideia de utilizar a palavra “capital” a seres humanos, presumindo que estes se transformavam em “capital humano” para as empresas, de acordo com Paiva (2001 pp.187) feria profundamente o humanismo. “O ser humano não poderia ser nunca visto como portador de capital em si mesmo; menos ainda ser ele mesmo, simultaneamente, capital (remunerado com salários) e força de trabalho comprada no mercado pelo verdadeiro capital.”

O termo capital humano, segundo Paiva (2001 pp.186-187) reaparece nos anos 80 de feição aos anos 40 e 50. Nos anos 60 ganha importância vinculado ao peso que a

educação adquiria como fator de desenvolvimento. “A educação passou a ser vista, simultaneamente, como o motor das “etapas de crescimento económico” e do atendimento aos planos de desenvolvimento socialista.”. À medida que se progride nos anos 90, diminui-se a medição da contribuição da educação para um crescimento económico e considera-se como adequar a aprendizagem de forma a ser possível responder a um mundo cada vez mais complexo. A educação básica torna-se, assim, o cerne do problema pois a continuidade da formação futura estará dependente da eficácia da primeira (básica), e também passa a ser constituído como um patamar mínimo necessário à vida contemporânea.

De acordo com Paiva (2001, pp.187) relativamente ao trabalho, os níveis de formação mais elevados de escolaridade começam a ser exigidos, quer do ponto de vista do diploma, quer do ponto de vista de conteúdos. Mas numa sociedade global na qual o diploma deixou de ser considerado um bem raro, tendo diminuído assim o seu valor, começam a estabelecer-se, muitas vezes, a competição na área não escolar por parâmetros não educacionais mas práticos no sentido de se ser capaz de desempenhar melhor tal ou qual tarefa, essa ou aquela função. O papel de socialização das escolas e das famílias adquiriu outro relevo, sendo que as características pessoais de cada indivíduo, o lado subjetivo da qualificação, bem como as qualidades individuais tornam-se fatores mais decisivos no âmbito do bom funcionamento dos negócios.

As “espécies de capital” onde podemos encontrar conceitos básicos como “capital produtivo” ou “capital financeiro”, segundo Paiva (2001 pp.188) na década de 70, pela pluralidade de conceitos, estes, difundem-se em noções metafóricas como capital cultural, capital informacional, capital simbólico. Sendo que estas últimas três estariam incluídas na noção de capital humano que, cada vez mais, passou a depender não só da educação formal mas de virtudes pessoais, de competências diversas que nem sempre dependem de aprendizagem sistemática, bem como de atitudes e disposições sociomotivacionais. O formato mais importante da força de trabalho, ou seja, o maior “capital humano” na atualidade, é o intelecto. (Paiva, 2001).

Tendo em conta que o capital humano nos leva então a um conjunto de capacidades, conhecimentos, competências e atributos da personalidade de cada indivíduo possibilitando dessa forma a realização de um trabalho ou tarefa, podemos considerá-lo um fator relevante e relacionado com o desenvolvimento social numa perspetiva de que, com um capital humano consciencioso das suas potencialidades se dá um desenvolvimento social num determinado país, região, comunidade.

1.3. Capital Social

Surge alguma dificuldade na ligação de conceitos de capital humano com capital social. Sendo estes inerentes ao conceito de desenvolvimento local e social, tem de se ter em conta de que se tratam de indivíduos, nas suas mais diversas pluralidades, que partem de um princípio individual para um fim em conjunto, no primeiro conceito. E de um conjunto de indivíduos interligados onde as relações entre si têm o papel fundamental, no segundo conceito. Tendo isto em conta ambos são fundamentais no funcionamento, transformação e desenvolvimento local e social pois este só se dá onde existem pessoas e as pessoas de que falamos são o capital humano que se transforma em capital social relacionando-se entre si.

Dessa forma e, de acordo com Portes (2000) “Enquanto o capital económico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro da cabeça das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios.” O termo capital social surge então como uma habilidade por parte dos indivíduos de garantirem benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais.

Segundo Portes (2000) uma abordagem mais sub socializada da natureza humana na economia moderna encara o capital social sobretudo como um acumular de obrigações para com terceiros, em conformidade com a norma da reciprocidade. Onde os dadores facultam acesso privilegiado a recursos com a expectativa de virem a ser recompensados no futuro. O acumular de notas de dívida social diverge em dois aspetos da troca económica. Partindo do princípio que a moeda em que são pagas as obrigações pode diferir daquela em que foram contraídas pode assumir formas tão intangíveis quanto a expressão de aprovação ou de lealdade. Por outro lado, não é especificado um prazo para esse pagamento. Mas se existisse esse prazo estaríamos a falar transações de mercado e não de uma troca mediada por capital social.

A ideia de que o envolvimento e a participação em grupos pode ter consequências positivas para os indivíduos e comunidades, segundo Portes (2000) não é, de todo, uma ideia nova para os sociólogos. Relembrando assim Durkheim e Marx, referenciados respetivamente no seu artigo *cit. in* Portes (2000) “à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição, e à distinção efetuada por Marx entre uma “classe em si” atomizada e uma “classe para si” mobilizada e eficaz”.

Conforme Portes (2000) outras fontes de capital social que se adequam mais à dicotomia altruísta/instrumental são mencionadas na análise teórica por Marx da emergência da consciência de classe no proletariado industrial. Uma vez que os trabalhadores são atirados para uma situação comum, estes, aprendem a identificar-se uns com os outros e a apoiarem-se mutuamente nas suas iniciativas. Este tipo de solidariedade não é resultado da internalização de normas durante a infância, mas um produto emergente de destino comum. Logo, as disposições altruístas dos atores não são universais mas sim confinadas aos limites da sua comunidade. Nos dias de hoje este mecanismo é designado como solidariedade confinada. Onde a identificação de pertença com o seu grupo ou comunidade pode ser uma força motivacional poderosa.

Na teoria de Durkheim referenciado no artigo de Portes (2000) acerca da integração social e da capacidade de sanção dos rituais de grupo, como no caso das trocas assentes na reciprocidade, a motivação dos dadores de ofertas socialmente mediadas é instrumental, mas neste caso a expectativa de compensação não assenta no conhecimento mas sim na inserção de ambos os atores numa estrutura social comum. A transação numa dessas estruturas tem duas consequências, uma primeira na qual a recompensa do dador pode não provir diretamente do beneficiário mas da coletividade, na forma de estatuto, honra ou aprovação, e numa segunda na qual a própria coletividade atua de forma a garantir que todas as dívidas contraídas serão pagas (Portes, 2000).

De acordo com Macke *et al.*, (2010) a reciprocidade e os sistemas de participação cívica e onde o interesse próprio é corretamente entendido (sendo este último compreendido como um interesse definido a partir do contexto das necessidades públicas perfazendo as características de uma comunidade cívica) criam a prosperidade e geram círculos de estímulo ao civismo, caracterizando-se pela produção de capital social. Este pode surgir nas formas de confiança, de normas e relações sociais. De acordo com Bourdieu, 2003a, 2003b (*cit. in* Macke *et al.*, 2010) o capital social pode também ser representado na forma de *status* e reputação social (Macke *et al.*, 2010).

Segundo Putman, 2002 *cit. in* Macke *et al.*, (2010) as principais características de uma comunidade cívica são, uma cidadania onde os direitos e deveres são iguais para todos, onde existe uma comunidade unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, enquanto relações verticais de autoridade e dependência estão pouco presentes, onde os líderes se consideram responsáveis pelos seus concidadãos, onde existe uma ampla participação dos cidadãos no governo, onde o espírito público entre os cidadãos prevalece e, por fim onde predominam as relações de confiança entre os membros (Macke *et al.*, 2010).

De acordo com o parágrafo anterior damos início, da melhor forma, ao conceito de Bem Estar Social sendo este, uma consequência da articulação entre os conceitos de desenvolvimento, capital humano e capital social que se caracterizam, no caso de uma articulação feliz, em desenvolvimento local e social.

1.4. Bem Estar Social

Ao abordar o termo de Bem Estar implica salientar o Bem Estar individual. O que acarreta uma dificuldade maior em objetivar, se é que é possível, os conceitos. Na tentativa de qualificar o que será na sua maioria considerado bem estar, começamos por uma definição de qualidade de vida, tema este tão discutível pela sua subjetividade e complexidade também. Pois o que um indivíduo qualifica como qualidade de vida outro indivíduo qualificará de outra forma.

Embora não haja um consenso a respeito do significado de qualidade de vida, existem três aspetos fundamentais no seu construto obtidos através de um grupo de diferentes culturas: 1) subjetividade; 2) multidimensionalidade e 3) presença de dimensões positivas e negativas. O desenvolvimento desses elementos conduziu a um conjunto de fatores que se ajustam a uma definição do que estará em causa no significado de qualidade de vida “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Desenvolvimento da versão em Português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS, 1994)

De acordo com Siqueira e Padovam (2008) o conceito de Bem-Estar pode considerar-se uma dimensão subjetiva de qualidade de vida, e esta, numa perspetiva objetiva que se pode entender como saúde, ambiente físico, recursos, habitação, emprego, tempo de lazer. Sendo que estes são alguns dos fatores que contemplam a ideia de qualidade de vida que as pessoas detém. É também importante compreender os

valores e as crenças de uma população e como se manifestam individualmente de forma a conhecer os seus níveis de satisfação, uma vez que a satisfação é um fator indicativo da subjetividade do termo qualidade de vida, só trabalhando com o indivíduo ou com a comunidade, conhecendo os seus níveis de satisfação se poderá potencializar o Bem-Estar individual e social.

No cerne de tamanha subjetividade, para o consenso de um bem maior, o Bem Estar Social, e de um contrato social que “todos” assumem ao querer viver em sociedade, os parâmetros que o ser humano qualifica e quantifica, como indivíduo, como sendo elementos chave para a sua qualidade de vida, estes, aproximam-se a uma linha de ideias que, mesmo cheia de pluralidades, se consegue unir em factos inerentes à maioria dos indivíduos permitindo um desfecho que se assemelha a todos traduzindo-se, estes, num Bem Estar Social. Ou seja, o Bem Estar individual acaba, em si só, por desempenhar um papel de legislador e fomentador do que será o Bem Estar Social. Uma vez que o Bem Estar individual se pode traduzir no Bem Estar Social e vice-versa.

Numa perspetiva histórica e de acordo com Fiori (1997) consideram-se vários padrões ou paradigmas do que poderíamos chamar de intervenção social do Estado, pois não existe uma estrutura linear na sua progressão nas relações entre Estado, mercado e política. Cada país, mediante a sua evolução e suas individualidades, seguem padrões e trajetórias diferentes na construção de um Bem Estar Social ou *welfare state* também este, dependente das regras e formas nas quais foi consolidado. De acordo com Esping-Andersen, 1991 (*cit. in* Fiori, 1997, pp.133) “o *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social” (Fiori, 1997).

1.5. Desenvolvimento Local

Segundo Jara (1998, pp.10:11) o desenvolvimento local é uma questão municipal de tendência descentralizadora que coloca o desafio de criar uma nova institucionalidade mais representativa e mais participativa, bem como capacidades de gestão técnica e administrativa no âmbito local. Para isso torna-se necessário uma profunda reanálise das principais premissas e valores que orientam o desenvolvimento comunitário. O progresso material local deve refletir as prioridades culturais e espirituais, políticas e informacionais, dando ênfase à unicidade fundamental da sustentabilidade. A mudança para um novo sistema de valores que o desenvolvimento sustentável requer insiste na procura de um significado espiritual, de energias políticas e de processos de *empowerment* das comunidades. Isso colide contra a imagem estereotipada convencional das políticas compensatórias de luta contra a pobreza.

A pobreza, segundo Jara (1998, pp. 251) é uma situação de carência não só no âmbito redutor relativo ao poder económico que faz face às necessidades básicas de subsistência mas amplo no sentido das necessidades satisfatórias de cada indivíduo, comunidade ou grupo social que se determina no que para eles se torna necessário para viver. De forma a existir um entendimento do que para cada um é necessário para viver ou das suas necessidades satisfatórias surge o papel fundamental da educação, capacitação e informação. No que toca às necessidades básicas de subsistência somos todos semelhantes mas somos todos diferentes nos meios de satisfação das mesmas. Através da emancipação, acesso ao poder decisório e capacidade para exercer a cidadania, para termos direitos e deles ser possível construir novos é que será possível erradicar o sentido de pobreza aqui expressada.

Nesse sentido Jara (1998, pp.11) refere que a pobreza é essencialmente, uma síndrome de relações mútuas entre grupos sociais e sociedades mediatizadas pela natureza e é, pelos próprios relacionamentos, reproduzida e determinada. Romper

barreiras conceituais numa perspetiva de promover uma influência que seja transformadora nas diversas mentalidades significa, desafiar as ortodoxias da cooperação técnica tradicional, apoiar o processo de tomada de consciência e o entendimento da relação entre as estruturas locais e os processos globais.

Torna-se portanto necessário de acordo com Jara (1998, pp.11) informar, educar, capacitar, aproximar atores sociais e institucionais, articular parcerias, acumular energias sociais e promover um clima emocional e subjetivo como preparação para a mudança dos relacionamentos que condicionam a pobreza. O desafio de combater a pobreza exige esforços públicos integrados e amplas parcerias do Estado com a sociedade. O que despoleta uma perspetiva ampla e integradora que não define o desenvolvimento local como valores assistenciais, e sim como espaço potencial de desenvolvimento sustentável que atende a critérios de democracia política, equidade social, eficiência económica, conservação ambiental e respeito à diversidade cultural.

De acordo com Jara (1998, pp.304) desenvolvimento local, tendo várias interpretações pode considerar-se como um processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, localizados em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento em escala comunitária, municipal orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência económica, democracia política, conservação ambiental e diversidade cultural.

No âmbito de que a definição de “local”, se associa, a um espaço de território delimitado que pode ser identificado como uma comunidade ou município, segundo Jara (1998, pp.305) o local surge, nessa perspetiva, como um componente global onde os conceitos se inter-relacionam. No qual elaborar um plano de desenvolvimento para benefício das comunidades pobres, de um determinado município, significa trabalhar a partir do contexto dos seus problemas. Nenhuma questão deveria ser tratada se, desvinculada dos contextos socioeconómico e cultural de determinado “local”.

De acordo com Fisher, T., 1992 (*cit. in* Jara pp.305), o “local” diz respeito a relações sociais e políticas dentro de uma fronteira, de um espaço territorial. Portanto, segundo Jara (1998, pp.305) é numa rede de relações onde, a dominação, a cooperação, a reciprocidade, o conflito, a participação e a exclusão se conciliam com determinadas práticas e comportamentos e, são essas relações que constituem o “local”. De forma a caracterizar uma realidade local temos de conhecer as suas relações e se, a intenção for mudar essa realidade, a solução será transformar as relações existentes.

De acordo com Jara (1998, pp. 306) ao espaço local de desenvolvimento designa-se a transformação de uma realidade, a uma mudança social, a novas e melhores formas de vida, a uma rede social capaz de garantir a sua sustentabilidade. A proximidade do “local” é mais funcional para a articulação de fatores onde as comunidades podem identificar e utilizar as suas potencialidades e qualidades e dessa forma construir, junto ao Estado, certas vantagens competitivas. O desenvolvimento local caminha de mãos dadas com a descentralização político-administrativa.

O desenvolvimento comunitário sustentável de acordo com Jara (1998, pp. 307) funciona como uma estratégia de desenvolvimento local. Está dependente da forma como é trabalhado o processo organizacional, estimulando a capacidade criativa das pessoas, a tomada de consciência, viabilizando o acesso à informação e, principalmente, o *empowerment*. O assistencialismo, em geral, não promove a auto-gestão e não apoia o surgimento de energias políticas. Como propostas que visam promover uma mudança no desenvolvimento comunitário, torna-se necessário enfatizar a consciencialização de uma comunidade mediante a sua participação ativa no saber conhecer e analisar os seus problemas de forma a procurar soluções locais ou um apoio externo.

De acordo com León, M., 1977 (*cit. in* Jara pp.308) “todos os processos sociais são determinados pelas perceções e representações, bem como pelas atitudes e pelos sentimentos das comunidades. Assim as transformações sociais a procura de uma

sociedade sustentável, dependem do *empowerment*, ou seja, de mudanças cognitivas e volitivas operando junto ao acesso a recursos, oportunidades, capacidades e informação, para que as pessoas possam tomar controle de suas próprias vidas, sejam cidadãos ativos, definir suas próprias agendas e influir na tomada de decisões (Jara, 1998).

De acordo com Serafim, 1999 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.10) o desenvolvimento local

“ao estar relacionado como o local da problemática do desenvolvimento, é entendido como um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades económicas e sociais sobre um território, a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e energias. Será o produto de esforços da sua população e pressuporá a existência de um projeto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais” (Bulhões, 2009).

1.6. Serviço Social Autárquico

Segundo Ágoas (2013), as ciências sociais em Portugal tiveram uma plena afirmação relativamente tardia. A vigência de um governo ditatorial entre 1926 a 1974 em Portugal, explica por si o atraso no panorama internacional face a estas ciências. É corrente a evocação de máximas como: o ditador Oliveira Salazar faria equivaler a sociologia ao socialismo, bem como uma ideia mais generalizada de que, ao mais alto nível político, o receio de uma eventual sociologia despoletasse a descoberta das disparidades sociais que o regime fascista tanto se empenhava em ocultar (Ágoas, 2013).

De acordo com Carvalho e Pinto (2015) o Serviço Social e os Estados societários nos quais a profissão se desenvolve têm de ser regidos pelos princípios fundamentais dos direitos humanos, da justiça social e da equidade. Em Portugal, uma vez que a profissão emergiu num contexto ditatorial, o Serviço Social foi capaz de se reinventar e fazer face ao regime opressivo, integrando princípios e valores democráticos, associados

a direitos cívicos, políticos e sociais. Transformou a sua ação, passando de voluntariado ligado ao praticismo, para uma prática profissional baseada em evidências teóricas e práticas construindo dessa forma o seu próprio caminho e conhecimento. Foi um percurso difícil e não pacífico em que foram necessários longos anos para que a sua autonomia e acreditação enquanto ciência se concretizasse (Carvalho e Pinto, 2015).

Segundo Bulhões (2009 pp.5) o desenvolvimento acelerado e, por vezes, desordenado que se tem sentido, tem repercussões nas sociedades e no seu *modus vivendi* consentindo assim o emergir de novas formas de exclusão e de riscos sociais aos quais as autarquias não podem ficar indiferentes. Diminuir a intervenção do Serviço Social Autárquico a apoios monetários de carácter pontual há muito que não garante a qualidade de vida dos seus munícipes. A garantia de uma melhor qualidade de vida passa, cada vez mais, por processos de integração, participação, promoção de parcerias que permitam consubstanciar no *empowerment* da população local.

Segundo Herringer, 1997 (*cit. in* Baquero, 2012, pp.174) as origens do termo *empowerment* remetem à Reforma Protestante, séc. XVI, na Europa num movimento de luta por justiça social. A sua utilização mais crescente é utilizada em movimentos emancipatórios relacionados ao exercício da democracia. Em movimentos do negros, das mulheres, dos homossexuais ou pelos direitos da pessoa deficiente.

De acordo com Baquero (2012, pp.177) o *empowerment* no âmbito individual refere-se ao nível psicológico de análise, na habilidade de cada indivíduo ganhar consciência, conhecimento e controlo de forma a poder agir na direção de melhorar a sua situação de vida. O *empowerment* no âmbito comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos em situação desfavorecida na articulação de interesses, procurando assim uma plena conquista dos direitos de cidadania, defesa de interesses e influência no Estado (Baquero, 2012 pp.177-178).

De acordo com Veneza, 1986; Portas, 1988; Mozzicafreddo *et al.*, 1991; Mozzicafreddo, 2003 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.7) o poder local é uma das principais realidades do regime democrático após o 25 de abril de 1974. Desde então, os municípios têm levado a cabo várias políticas públicas locais como contributo para o bem estar da população através da melhoria das suas qualidades de vida, tais como: habitação, saúde, emprego, proteção social, educação.

Conforme Bulhões (2009 pp.8) o poder local, apesar de uma inovação por parte do Estado, continua, a necessitar de um longo caminho entre as atribuições das autarquias à possibilidade da sua efetivação. O que coloca em causa a consecução do enunciado no artigo 3º. da Carta Europeia que prevê a gestão por parte das autarquias dos assuntos públicos. Aos municípios é reservado um papel, mais do que ativo, demasiado dependente do poder central. Dependência essa não apenas no plano económico mas também de recursos humanos e técnicos.

Segundo, Souza, 2002; Borges, 2003; Root, 2005 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.8) o *empowerment* da sociedade e a descentralização do Estado para as autarquias, respondem com maior eficácia às necessidades da população local, uma vez que a proximidade aliada ao melhor conhecimento, conduzirão a políticas sociais públicas mais ajustadas às necessidades da população local. Não descurando que esta forma de intervenção iria provocar um aumento da participação da população local despoletando, a plena cidadania ativa. Os profissionais de Serviço Social têm um papel fundamental e imperativo na forma como se assegura o *empowerment* na população e na prossecução de uma democracia participativa, representativa e efetiva, que tenha como corolário a justiça social.

Na perspetiva de que é através das políticas sociais que o Estado assegura aos cidadãos o Bem Estar Social, segundo Souza, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.9) entende-se as políticas sociais como produto da descentralização

das políticas públicas numa forma de aumentar a qualidade de vida ao dar respostas às necessidades da população local. Por esse motivo, as políticas sociais municipais revestem-se de acentuada variedade, divergindo de município para município, revelando assim, uma proximidade entre autarquias e população local tendo como objetivo responder às suas necessidades.

Exemplo da ação social municipal dirigida à sua população local, de acordo com Bulhões (2009) são os subsídios à natalidade e à fixação da população, atribuídos em algumas autarquias, nomeadamente do interior de forma a combater a desertificação do território. Pode-se afirmar portanto que, o Bem Estar Social e o Desenvolvimento Local aliados ao *empowerment* de uma comunidade constituem os objetivos da ação social municipal.

Conforme Serafim, 2004:40 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.12) uma vez existindo um relacionamento, entre Assistente Social e cidadão/utente, este deve ser empático, verdadeiro, de interação dinâmica e temporária, tendo como objetivo capacitar o utente a resolver, por si, as dificuldades da situação social/problema em que se encontra.

De acordo com Menezes, 2002; Mondolfo, 2005 (*cit. in* Bulhões, 2009 pp.12) a necessidade do Serviço Social no contexto autárquico surge aquando da descentralização, após o 25 de abril de 1974, com o objetivo de responder aos problemas colocados pelos munícipes na área da pobreza e da exclusão social. A profissão no contexto autárquico começa numa primeira fase, e em alguns municípios, por assumir funções antes exercidas pelo Presidente da Câmara, com o atendimento a solicitações de resposta face a situações/problema. Numa segunda fase o Serviço Social Autárquico abandona a intervenção imediatista e pontual e passa a centrar-se numa intervenção planificada e integrada, onde o indivíduo é visto de uma forma holística e as respostas abdicam de um subsídio pontual de forma a pertencerem a um projeto de vida.

Segundo Bulhões (2009, pp.13) o *empowerment* dos cidadãos é parte integrante dos objetivos da intervenção do Serviço Social no contexto autárquico, bem como a Intervenção em Rede. Esta, é uma metodologia fundamental, potencial e benéfica de partilha de informações com outras instituições mas, por outro lado, pode colidir diretamente com objetivos políticos da instituição, uma vez que assenta numa ótica horizontal da resolução de problemas deixando de lado a questão da visibilidade institucional (Bulhões, 2009).

Capítulo II - Metodologia

Neste capítulo iremos abordar os objetivos do estudo, geral e específicos, que serviram de suporte para a elaboração do guião da entrevista semiestruturada, enunciada nos Anexos I e II, bem como o instrumento e os procedimentos que foram utilizados na recolha e análise de dados e por fim teremos a caracterização sócio-demográfica do entrevistado.

2.1. Objetivos do estudo

O objetivo de estudo deste Projeto é o Serviço Social Autárquico e os seus fatores de intervenção no Desenvolvimento Local. Iremos portanto identificar e analisar os pressupostos destes com uma unidade de análise. O objetivo geral que nos irá levar aos vários objetivos específicos, consiste em:

- Analisar a prática do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local.

Neste objetivo, iremos aprofundar todos os papéis que o Serviço Social Autárquico presta numa comunidade. De forma a compreendermos melhor tais papéis, teremos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as principais problemáticas no contexto local.
- b) Contextualizar as atividades desenvolvidas no contexto local.
- c) Caracterizar as principais dificuldades associadas ao combate das diferentes problemáticas identificadas na comunidade.

Em suma, com os objetivos específicos em cima descritos iremos identificar, analisar e tirar conclusões que nos vão permitir conhecer melhor a realidade das práticas de uma autarquia local, no que concerne às questões do seu papel junto de uma comunidade.

2.2. Instrumentos e procedimentos

O instrumento escolhido para a recolha de dados deste projeto foi a qualitativa com o procedimento da realização de uma entrevista semiestruturada, aplicada na forma semi-diretiva que, de acordo com Hébert, Goyette e Boutin (1990) visa a recolha de informações, não considerando de modo absoluto a ordem de aparição das informações no desenvolvimento do processo. Na entrevista tentamos saber, pelo ponto de vista de um Assistente Social a exercer funções numa autarquia local, cito na cidade do Porto, na sua generalidade as práticas, as principais problemáticas, atividades e dificuldades do Serviço Social Autárquico. A escassez de tempo para término deste Projeto de Graduação em Serviço Social não permitiu a recolha de mais dados através de entrevistas. Mas a recolha de informações por parte da entrevista efetuada é bastante rica, logo, iremos conseguir uma boa análise e discussão de resultados.

O entrevistado respondeu à entrevista presencialmente no, logo participativa, tendo tido lugar na autarquia local onde exerce as suas funções como Assistente Social e teve uma duração de sensivelmente uma hora. Após a entrevista, esta foi transcrita e dessa forma, constituiu-se o *corpus* de análise. De acordo com Hébert, Goyette e Boutin (1990), o *corpus* de análise é constituído por todo o material compilado no campo e a partir do qual serão construídos os meios formais que a análise proporciona. Após constituirmos o *corpus* de análise optámos pelo modelo interativo de análise de dados proposto por Miles e Huberman (1984), *cit in* Hébert, Goyette e Boutin. Este consiste em três passos: a) a redução de dados; b) a apresentação dos dados; c) a sua interpretação/verificação.

De acordo com os autores, a redução de dados tem início antes da recolha de dados mas pode processar-se também durante e após essa mesma recolha. Nesta entrevista o primeiro passo verificou-se antes da recolha de dados com o guião e respetivas perguntas e no decorrer da entrevista foram colocadas outras questões pertinentes ao assunto. Neste primeiro momento espera-se um processo de seleção do material compilado. Segundo Miles e Huberman, 1984 (*cit. in* Hébert, Goyette e Boutin, 1990) é um processo que tem início com um objetivo em vista, à partida determinado pelo investigador, até um processo de codificação e resumos que nos levem a esse mesmo objetivo. Van Der Maren (*cit. in* Hébert, Goyette e Boutin, 1990) refere ainda que é o primeiro momento de interpretação de uma investigação.

A última etapa do Modelo é a interpretação/verificação dos dados. É o momento da análise em que se dá a atribuição de significados aos dados que foram numa etapa anterior reduzidos e organizados. A interpretação acompanha todo o processo do modelo interativo de análise de dados, mas de formas diferentes. Numa primeira fase, na recolha de dados, a interpretação está presente no momento da formulação de conclusões provisórias e daí em diante, no decurso da investigação, à medida que vão sendo acrescentados novos dados a interpretação deve ser tomada como uma medida importante e quase determinante para uma boa interpretação/verificação de todos os dados até aqui adquiridos (Hébert, Goyette e Boutin, 1990).

Como finalização de todo o procedimento utilizámos a análise de conteúdo que se define, segundo Krippendorff, 1980 (*cit. in* Vala, 1986 pp.103), como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”, sendo esta uma das técnicas mais utilizadas na investigação empírica pelas diferentes ciências humanas e sociais.

2.3.Caracterização sócio-demográfica do entrevistado

O entrevistado é do sexo masculino, tem 57 anos de idade e é casado. É licenciado em Serviço Social, mestre em Administração Pública e pós-graduado em Direito das Autarquias Locais e do Urbanismo. Desempenha funções como Assistente Social, com contrato indeterminado, numa autarquia local.

Capítulo III – Apresentação e discussão de resultados

Neste capítulo vão ser apresentados os resultados obtidos através da entrevista realizada, depois de analisados e verificados, de forma a irem ao encontro com os pontos enunciados relativos aos objetivos, geral e específicos. De maneira a podermos numa final discussão entre a teoria e a prática correlacioná-los e obter um enquadramento satisfatório do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local.

3.1. As Práticas do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local.

Com a realização da entrevista semiestruturada aplicada na forma semi-diretiva foi constituído o *corpus* de análise. A entrevista depois de transcrita na íntegra passou por uma redução de dados baseada nos objetivos em vista, estes foram reduzidos mediante os mesmos e por fim deu-se uma verificação e interpretação dos resultados obtidos.

3.1.1.Principais práticas

Procuramos junto do nosso entrevistado conhecer as práticas enquanto Assistente Social numa autarquia local.

[...] o atendimento e o acompanhamento social aos indivíduos e famílias que nos procuram ou que nós sinalizamos como sendo situações de risco social, de exclusão e de pobreza. Também a realização de visitas domiciliárias, reuniões e articulações com instituições locais da freguesia ou

outras não locais mas que trabalham com a população do território da freguesia. Também temos o apoio técnico às instituições de solidariedade social e outras associações, quer no aconselhamento e na consultoria técnica sobre implementação de respostas sociais ou mesmo sobre o apoio ao funcionamento das instituições(...) A conceção de projetos de intervenção comunitária (...) o acompanhamento da sua execução, quer no âmbito da luta contra a pobreza quer no âmbito do Programa [identifica o Programa] dirigido a crianças e jovens em risco.(...) formações referentes à formação de técnicos na área da deficiência para a ação social. Isto no âmbito da intervenção comunitária. (...) a representação na Rede Social, a reativação da Comissão Social de Freguesia. Há portanto sempre aqui um lado de intervenção comunitária, de trabalho próximo das instituições e das associações locais. (...) aconselhamento ao nível da Junta de Freguesia na elaboração de propostas sendo que, o executivo normalmente consulta-me para algumas questões, quer de âmbito social quer de planeamento da intervenção das próprias atividades da Junta, colaboração ao nível da elaboração dos planos de atividades, dos relatórios, (...).

Quanto à contribuição do Serviço Social Autárquico para um desenvolvimento local verificamos que o envolvimento, bem como a tomada de consciência são fatores importantes.

“Pode contribuir pelo envolvimento da população na tomada de consciência das principais dificuldades/problemas que as afetam e que existem na comunidade. Tornar a população mais autónoma em relação aos problemas que coloca. Ajudar a que as pessoas não sejam só objeto dos apoios que as instituições podem despender mas também sujeito na definição dessas medidas e das políticas locais (...)”.

“(...)É importante que as autarquias locais e o Serviço Social como parte integrante no trabalho autárquico deve contribuir para uma participação ativa da população quer ajudando a população no envolvimento da realização do diagnóstico mas também nas decisões (...)”.

Tentamos perceber de que forma esse envolvimento e a consciencialização se fazem e de acordo com o nosso entrevistado conseguimos apurar que parte do princípio do envolvimento na participação da comunidade e pela tomada de consciência dos seus problemas.

“Isso faz-se, por um lado; tomando consciência das dificuldades da população; do seu envolvimento através das instituições e associações locais; dar a oportunidade de as pessoas contribuírem para o diagnóstico da realidade ao participarem de uma forma ativa; envolvê-las nas ações que podem vir a ser implementadas para mudar a realidade social (...)”.

“(...) através das instituições locais, no desenvolvimento de programas de intervenção comunitária e também no próprio atendimento e acompanhamento social, individual ou de famílias, onde são colocados os seus problemas, que ao sistematizá-los pode ser importante no retorno à própria população, envolvendo-as nisso. Ao saber os seus problemas, o que as condiciona, as causas e o que é que se pode fazer isto permite às pessoas tomarem consciência. Se não detetarmos que há uma necessidade de possuir um determinado equipamento social, um jardim de infância ou uma creche, pode ser a própria comunidade a colocar esses problemas e também envolvê-la no desenho, na medida do possível, do que vai ser feito. Isto é importante para que as pessoas percebam que isto faz a diferença na implementação de projetos. Faz com que a população se sinta parte e, ao sentir-se parte ajuda no bom enquadramento e desenvolvimento dos projetos na comunidade e contribuir com isso, para uma mudança”.

“(...)Há trabalho muito interessante desenvolvido na criação de instituições de agências de desenvolvimento local construídas pelas autarquias, pelas juntas de freguesia envolvidas com a população, a criação de novas associações de moradores ou o trabalho junto destas associações para potencializar o seu trabalho para conseguirem ser mais abertas à comunidade. Há aqui todo um trabalho de envolvimento e desenvolvimento das comunidades que é potenciador de uma cidadania mais ativa, de uma consciência também dos seus próprios direitos (...)”.

3.1.2. Principais problemáticas

As principais problemáticas identificadas pela autarquia local sentidas pela comunidade passam, na sua maioria, por questões de pobreza e exclusão social, envelhecimento e o isolamento de idosos.

“As principais problemáticas são as questões relacionadas com a pobreza e exclusão social, com a habitação, com o envelhecimento e isolamento dos idosos. São, sobretudo, estas as principais problemáticas. A questão da pobreza e exclusão social coloca-se muito pela restrição nas políticas sociais sobretudo nas prestações sociais de apoio ao rendimento mínimo e do rendimento social de inserção.”

Torna-se também importante frisar que existem problemáticas no sentido de percepção dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, ao que apuramos,

“ (...) as pessoas, muitas vezes não têm consciência dos seus direitos não sabem, por exemplo, quais os seus direitos em matéria da Segurança Social, de emprego, de saúde e, isso muitas vezes prejudica a resolução dos problemas e o seu desempenho. E depois é preciso consciencializar as pessoas dos seus deveres que têm perante a comunidade e, este dever de participação ativa, de entejuda, de envolvimento na resolução dos seus problemas é fundamental. As pessoas não sabem, por exemplo, como preencher um formulário, não sabem como interpretar as regras muitas vezes porque a própria linguagem não é facilitadora”.

Relativamente à restrição das políticas sociais e o seu impacto na comunidade conseguimos apurar que foram reduzidos a nível monetário, bem como ao seu acesso.

“(...) nós tínhamos aqui em [identifica o local] 1800 pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção até 2012/2013 e passamos a ter cerca de 900 pessoas. Resultado das restrições que foram colocadas ao acesso, foi restringido a um número de pessoas e mesmo de situações o que fez com que reduzisse a população que beneficia desses apoios.”

“Na sequência da política que foi lançada, uma das consequências da entrada da TROIKA foi de facto a redução do Estado Social e um contributo para baixar o défice. Portanto houve medidas de facto muito restritivas ao acesso e à permanência do rendimento social de inserção. Por exemplo, as pessoas têm de renovar ao fim de um ano e, muitas dessas pessoas não têm o conhecimento de que se essa renovação não for feita dois meses antes da cessação vai fazer com que tenham de esperar entre dois a três meses para a receberem de novo.”

“Para além do crescimento do desemprego começaram a haver famílias que normalmente não eram, digamos, clientes do Serviço Social na Junta porque viram de um momento para o outro os seus rendimentos muito alterados/reduzidos, quer pela via do desemprego quer pela via da restrição das políticas sociais. Isto levou com que fôssemos confrontados com muitos pedidos de apoio financeiro que não era comum, nem nós enquanto Serviço Social, aqui na freguesia tínhamos nas nossas práticas.”

Tentamos então identificar quais os fatores de alteração das medidas de restrição.

“(…)O montante também foi reduzido quer as condições do seu acesso, por questões familiares, se são beneficiárias de habitação social, de prestação de desemprego, na questão do abono de família ou de outras medidas públicas, isso é descontado no que já recebem. Ou seja, são fatores que são tidos em conta na prestação, o que não era. (...)”.

Quanto aos fatores das medidas de restrição sentidas pela autarquia local. Procuramos junto desta saber quais as medidas de resposta tomadas, conseguindo apurar que se basearam na criação de apoios de emergência social.

“(…) a própria Segurança Social deixou de responder a questões básicas como, por exemplo, apoiar uma família numa situação em que estas não poderiam pagar uma renda de casa, numa prestação de eletricidade ou de água. Logo, houve a necessidade de criar na Junta um Fundo de Emergência Social para essas situações. Portanto, passamos a ter uma parte do orçamento da freguesia alocado a um fundo de emergência social para a resposta às situações mais críticas em termos da resolução imediata de alguns problemas que depois afetam a qualidade de vida da população (...) As pessoas vêm aqui porque têm uma renda em atraso, porque não conseguem cumprir pontualmente as suas obrigações. Não é uma ajuda que se prolonga no tempo mas é uma ajuda destinada a satisfazer uma situação de emergência. (...)”.

Procuramos saber se o desenvolvimento local face às restrições das políticas sociais fica inviabilizado ao que apuramos que não mas que sofreu alterações com essas medidas de restrição.

“Não, mas sobretudo houve uma restrição a esse nível e também houve uma restrição das verbas para as autarquias locais tendo impacto nesse ponto.”

“ (...) Por essa razão implementamos um programa de emergência social, de emergência alimentar. É evidente que os Assistentes Sociais têm uma prática muito mais imediata de respostas a grandes situações de emergência e que depois a prioridade para o trabalho de desenvolvimento local e desenvolvimento comunitário é secundarizado. (...)”.

No âmbito de medidas que podem ser tomadas na perspetiva de uma progressão de vida das pessoas beneficiárias de rendimentos do Estado, tendo em vista a sua própria subsistência conseguimos apurar que nem sempre isso se verifica pois é um assunto que passa pelo envolvimento e capacitação do próprio indivíduo ou família.

“(...) na capacitação das pessoas para a resolução dos seus problemas e de contribuírem elas próprias para os evitar, para os prevenir e de não entrarem no ciclo vicioso. O que acontece é que há um conjunto de pessoas que estão muito dependentes de determinadas medidas de política social, nomeadamente, medidas de apoios pecuniários e que não conseguem, por si só, ter uma autonomia em relação financeira. E isso deve-se, muitas vezes, não só às restrições dos apoios do Estado mas também às baixas qualificações académicas e às competências sociais das famílias que dificultam, por exemplo o acesso ao trabalho. Há um conjunto de pessoas que tem muita dificuldade no acesso ao trabalho, à educação, não tendo competências para exercer um trabalho. Há pessoas de 40/50 anos que devido a situações pessoais e até mesmo a percursos de vida que têm incapacidade para prover à sua autossuficiência económica. E estas foram as pessoas mais sacrificadas pela crise. São os pobres dos mais pobres. É essa população que recorre a nós, tanto que temos outro serviço que é o [identifica o nome do serviço], que implementamos à 4/5 anos e que se destina a prover uma refeição quente por dia a um conjunto de pessoas, em média 35, que se encontram no limiar da pobreza. São pessoas que sobrevivem com uma pensão ou com o rendimento mínimo, no valor máximo de 200/250 euros, ou que não têm qualquer rendimento e que não conseguem ter meios de subsistência, não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas em termos de alimentação. Por vezes têm dificuldades na própria confeção, não têm mesmo competência por problemas de saúde, designadamente saúde mental. A crise afetou sobretudo estas pessoas porque houve cortes nas pensões, houve mais restrição de acesso às prestações sociais como a pensão de invalidez e prestações de desemprego. O que levou a que as pessoas deixassem de ter rendimentos que lhes permitissem a sua subsistência. (...)”.

3.1.3. Principais atividades

Relativamente ao papel do assistente social numa autarquia local enquanto as suas atividades apuramos que o seu papel é num sentido de mediador entre a população e o poder local.

“O assistente social é um mediador entre a população e o poder político local na medida em que consegue formular, sistematizar e analisar os problemas que a população coloca de forma a serem apresentados e compreendidos pelo poder político. É também o Assistente Social que operacionaliza as medidas que o poder político desenvolve em benefício da população. O papel de potenciador do desenvolvimento local situa-se na identificação de problemas e na mobilização de recursos para esses mesmos problemas serem resolvidos. Até pelo conhecimento de que o Serviço Social detém dessas realidades.”

Tentamos identificar quais os condicionamentos das atividades enquanto Assistente Social numa autarquia local apurando que esses condicionamentos estão diretamente relacionados com as políticas sociais vigentes no momento.

“O Serviço Social, na sua prática, é condicionado pelas práticas sociais existentes. Nestes últimos anos as políticas foram sobretudo de carácter mais assistencialista e mais de responder de imediato a situações de emergência social. (...). Nós temos visto, por exemplo, que os apoios que vêm para as instituições, o corte nas prestações sociais mas também o corte nos apoios aos equipamentos sociais, a questão das participações sociais e das participações do Estado para as instituições têm reduzido. Praticamente já há quatro anos que não há novos acordos de cooperação para a implementação de equipamentos e de respostas sociais. Assistiu-se muito a uma política de assistencialismo que faz a população depender muito do Estado, por exemplo, a resposta cantinas sociais. É evidente que há uma parte da população que nunca conseguirá por si ter autonomia de fazer face à sua subsistência mas também é preciso ajudar as pessoas a serem fatores, a contribuírem para a transformação da realidade social e da sua própria situação. Isso faz-se através de programas comunitários, de respostas sociais, da criação de emprego.”

3.1.4. Principais dificuldades

Relativo às principais dificuldades de praticar o Serviço Social numa autarquia local identificaram-se a falta de competências, recursos financeiros e escassez de recursos humanos.

“As Freguesias são as instâncias públicas mais próximas das populações mas também são as que têm menos competências em termos do que está consagrado na lei das autarquias locais. As Freguesias têm muito poucas competências para poder fazer face aos problemas com que são confrontadas diariamente por parte das populações, designadamente ao nível da ação social. No âmbito urbano, para a atividade de uma Junta de Freguesia não há competências nem ao nível do poder nem aos recursos financeiros para o exercício dessas competências. (...)”.

“A falta de competências, recursos financeiros e escassez de recursos humanos são sobretudo as principais dificuldades. Estes tempos que vivemos, de crise financeira, crise económica do País tem agravado as condições de vida da população e nós não temos resposta. Com verbas da Freguesia nós financiamos ajudas pontuais através do Fundo de Emergência Social e porque as pessoas começaram a dirigir-se à Freguesia uma vez que não conseguem aceder à Segurança Social. Começa a ser cada vez mais frequente ser a própria Segurança Social a colocar-nos a nós as situações, na perspetiva de ajuda por parte da Freguesia. É evidente de que a verba que a Junta disponibilizou para o Fundo de Emergência Social não é substancial.”

Em relação ao poder central face ao poder local na delegação e disponibilização de verbas verifica-se uma centralização, uma falta de autonomia por parte das autarquias locais.

“É o poder central e mesmo no âmbito das autarquias porque, por exemplo, a Câmara também não tem grandes competências ao nível da ação social, prevê-se agora uma descentralização. Há escassez, portanto a Junta não tem, por exemplo, ao nível do atendimento e aconselhamento social, meios para fazer face às situações. Esses meios são mais alocados à Segurança Social. Ao nível do apoio às instituições, da implementação de projetos comunitários, a Junta está sempre dependente de terceiros. As Freguesias urbanas deviam ter mais competências a estes níveis,

quer da ação social quer em muitos outros domínios. Por exemplo, as Freguesia de Lisboa têm uma legislação especial e teve muita delegação de competências sendo que, ao nível da ação social são eles os responsáveis pela área de habitação, fazem propostas diretas de alojamento, têm intervenção ao nível da atribuição de fundos de financiamento de emergência social e essas verbas são transferidas da Câmara para as Freguesias.”

Relativo à autonomia do poder local na delegação e verbas conseguimos apurar junto do nosso entrevistado que há problemas em relação às mesmas nas autarquias locais.

“(…) mesmo ao nível do apoio às instituições locais e também uma autonomia financeira que lhe permitisse desenvolver alguns trabalhos de implementação de projetos comunitários. As Juntas podem ter uma Comissão Social de Freguesias mas depois não têm os meios necessários. Depois de ser feito o levantamento das necessidades e o diagnóstico, sendo preciso tomar algumas medidas, muitas Freguesias não têm capacidade para fazer face a isso. Estão sempre dependentes de recursos externos e devia de haver aqui uma forma de que isso fosse possível financiar, sem agravar, naturalmente, o orçamento de Estado mas havendo uma descentralização das competências. Mesmo algumas medidas políticas são dirigidas aos Municípios e não são dirigidas às Freguesias.”

“(…) porque também há aqui um problema de centralização dos próprios Municípios, que se queixam da falta de descentralização do governo central mas depois agem com o mesmo comportamento.”

3.2. Discussão

Neste ponto iremos relacionar toda a parte teórica deste projeto com a parte prática obtida a partir da entrevista semiestruturada efetuada a um Assistente Social que trabalha numa autarquia local, portanto, junto de uma comunidade local, enquanto as práticas do Serviço Social Autárquico.

Iremos estruturar esta discussão segundo os pontos enumerados acima neste capítulo de forma a manter uma coerência de conteúdos. Portanto, numa primeira discussão vamos identificar e analisar as práticas do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local, numa segunda discussão, surgem as principais problemáticas sentidas pela comunidade que recorre ao Serviço Social Autárquico, numa terceira abordagem as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social Autárquico para um desenvolvimento local e numa última abordagem, as principais dificuldades percebidas pela autarquia local face ao exercício das suas atuações.

Durante todo o percurso deste projeto temos vindo a verificar que o Serviço Social Autárquico enquanto prática junto de uma comunidade vai muito no sentido de envolver a comunidade para uma participação mais ativa. No sentido de consciencializar as pessoas dos seus problemas, dos seus direitos e deveres para que dessa forma se possam envolver na resolução dos seus problemas mas também na transformação ou mudança na comunidade. Só através dessa consciência e uso pleno da cidadania é que uma autarquia local pode identificar e analisar os problemas sentidos pela comunidade e dar o seu contributo para um Bem Estar da comunidade e um Desenvolvimento Local.

Esta identificação de problemáticas na prática do Serviço Social Autárquico faz-se através do atendimento e acompanhamento social. Na sinalização de situações de risco social como a exclusão e a pobreza. Numa articulação com as instituições locais e não locais. Na conceção de projetos comunitários. Conclui-se portanto, neste ponto, que as práticas do Serviço Social Autárquico num Desenvolvimento Local passam muito por uma proximidade da comunidade, identificando as suas problemáticas e necessidades, acompanhando os indivíduos que procuram ajuda e os que são identificados, trabalhando a consciência, a capacitação e *empowerment* desses mesmos indivíduos ou famílias.

Relativamente às principais problemáticas sentidas pela comunidade que recorre ao Serviço Social Autárquico somos confrontados, na sua maioria, com problemas relacionados com a pobreza, a exclusão social, a habitação, o envelhecimento e o isolamento dos mais velhos. As políticas relacionadas com a TROIKA que vieram ao encontro de baixar o défice afetou o orçamento do Estado Social que se viu obrigado a impor parâmetros mais rigorosos no acesso aos apoios de que dispõe e mesmo no tempo de permanência dos mesmos. Sendo que todos os anos tem de ser renovado o seu acesso, o montante também diminui e as questões de acesso vão de encontro a outros apoios públicos de que as pessoas beneficiam. É mediante essa interligação de apoios que o valor é definido e vai de encontro ao que certa pessoa ou família pode beneficiar. O desemprego também é uma das problemáticas sentidas na comunidade, o que faz com que a autarquia se confronte com inúmeros casos de famílias que de um momento para o outro ficaram sem os rendimentos necessários para a sua subsistência ou para fazer face a algumas despesas. Outra das problemáticas não se traduz apenas nas pessoas ou famílias que muito dificilmente poderão vir a conseguir subsistir por si mesmas mas sim, nas questões de baixas qualificações académicas e relacionadas com falta de competências familiares que prejudicam no acesso ao trabalho.

Depara-mo-nos então com situações que têm de passar a ser consideradas de emergência social. O Serviço Social Autárquico passa por um momento em que a prevenção de problemáticas fica em segundo plano visto que, a comunidade necessita de um auxílio imediato. Uma vez que o papel do Serviço Social Autárquico junto das comunidades vai divergindo de município para município e visa dar resposta às necessidades da sua comunidade, as políticas sociais vão tendo, à medida que são colocados novos problemas, de se reinventar e de se ajustar à realidade social da comunidade. Nesse sentido a proximidade das autarquias locais com a sua comunidade é de extrema importância.

Em relação às atividades desenvolvidas pelo Serviço Social para um desenvolvimento local sendo que, existe um relacionamento entre Assistente Social e utente/cliente, na perspetiva de identificação e tentativa de resolução dos seus problemas, este, deve ser um relacionamento empático, transparente, de interação dinâmica e temporária tendo em vista capacitar o utente/cliente a resolver o seu problema. Como se tem vindo a notar nesta discussão, de momento, as soluções são temporárias num muito curto espaço de tempo não permitindo às pessoas conseguirem por si só, na sua maioria, solucionar o seu problema, bem como progredir nas suas vidas. Não por motivos de incapacidade dos técnicos e dos projetos de intervenção em vigor mas sim pelas políticas sociais instaladas pelo poder central.

Mas é de salientar que embora estas políticas sociais restrinjam os apoios por parte do Poder central às autarquias locais e por conseguinte às suas comunidades, o papel do Assistente Social é imprescindível como mediador entre a população e o poder político local na medida em que é ele quem formula, sistematiza e analisa os problemas que a população coloca de forma a estes serem apresentados ao poder político local. Operacionaliza também as medidas que o poder político local desenvolve em benefício da população e é um potenciador do desenvolvimento local na mobilização de recursos de forma a resolver os problemas sentidos. Estas atividades fazem-se sentir também, como acima já foi referido mas que aqui também faz todo o sentido, pelo atendimento e o acompanhamento social, na realização de visitas domiciliárias, reuniões e articulações com instituições locais ou não locais da Freguesia.

Trabalho árduo face à emergência social que se faz sentir mas imprescindível no sentido de mesmo assim haver uma continuidade das suas atividades enquanto Assistente Social que trabalha com uma comunidade. Pois cada caso é um caso e haverá sempre algum indivíduo ou família a beneficiar deste envolvimento e articulação por parte do profissional perante a comunidade.

No entanto as dificuldades da atividade profissional são muitas. Sendo as autarquias locais as instâncias públicas mais próximas da comunidade são elas também as que dispõem de menos competências, recursos financeiros e recursos humanos. Não só devido às restrições face à crise económica que se faz sentir mas também devido a uma centralização do poder. As autarquias locais têm pouca autonomia para fazer face aos problemas com que são confrontadas diariamente. Estão sempre dependentes de recursos externos para o desenvolvimento na implementação de projetos comunitários. Uma descentralização das competências mesmo por parte dos Municípios para as freguesias, seria importante.

A própria Segurança Social começa cada vez mais a reencaminhar algumas situações às autarquias locais uma vez que também já não têm capacidade de resposta. Por esse motivo a autarquia local disponibilizou das suas verbas, uma quantia possível e ajustada às verbas de que disponibiliza, de forma a criar ajudas pontuais através de um Fundo de Emergência Social. Ajudas essas, que vão de encontro a indivíduos ou famílias que não conseguem pagar uma renda da casa, uma conta de eletricidade ou água. Em situações de extrema carência por falta de recursos económicos que não permitem a própria subsistência tem havido também cada vez mais a necessidade da criação de cantinas sociais

Face às dificuldades que todos os dias surgem, tanto pela sua complexidade ou urgência, compete ao Assistente Social ser criativo, dinâmico e potenciador na criação de soluções, de mediações e articulações, bem como na capacidade de saber agir em conformidade com a situação.

Conclusão

Podemos concluir, mediante o decurso de todo este projeto, que o Serviço Social Autárquico é parte fundamental na transformação de uma realidade local. Ao conhecer a comunidade com a qual os técnicos trabalham, ao fazer uma articulação entre instituições e associações, ao sistematizar informação das necessidades da comunidade fazendo-a chegar ao poder político no sentido de este, mediante as verbas, apelar às verdadeiras necessidades da comunidade da sua autarquia, ao sinalizar situações de pobreza e exclusão social e fazer um acompanhamento social dessas mesmas situações, ao ajudar os indivíduos ou famílias em situações de emergência social, ao ter um papel de intervenção junto da comunidade em prol de uma cidadania mais ativa tentando consciencializar os indivíduos ou famílias dos seus problemas e, com acompanhamento dos técnicos, trabalhar o *empowerment* destes para que sejam capazes de resolver, por si só, as suas problemáticas/necessidades. Mediante todo o trabalho realizado por parte dos técnicos de Serviço Social em autarquia local se pode tentar alcançar um Bem Estar individual e social que se verificará depois num Desenvolvimento Local. Existe uma necessidade de descentralização no sentido de que para o Bem Estar Social e um Desenvolvimento Social se torna necessário, em primeiro lugar, um conhecimento das realidades locais e do seu próprio Desenvolvimento Local. Ou seja, temos de partir de uma visão micro em função de uma visão macro. Sem uma maior autonomia por parte do poder local, quer de competências, recursos financeiros e recursos humanos, transformar e mudar as realidades locais torna-se mais difícil e por conseguinte se transformará ainda mais difícil no âmbito das realidades sociais.

Este projeto deparou-se com algumas limitações, quer ao nível da escassez de tempo para execução do mesmo, o que não permitiu uma recolha de dados qualitativos na ordem de quantidade que se gostaria de ter apresentado no entanto, admitimos que a qualidade dos dados adquiridos foram suficientemente fortes para a continuidade da sua realização. Por outro lado, sentiu-se ao nível de definição de conceitos, designadamente

ao do Bem Estar, alguma dificuldade devido à sua tamanha subjetividade e pluralidade de significados quer do ponto de vista individual quer do ponto vista social estando, este conceito relacionado também ao conceito de qualidade de vida que também é sujeito a diversos significados e definições. Ao nível de bibliografia que vai de encontro ao tema, apesar de a escassez de tempo para a realização do projeto não ter permitido o uso de alguma bibliografia com importante relevância, verifica-se mesmo assim uma abordagem pouco significativa ao tema específico Serviço Social Autárquico.

Nesse sentido verifica-se a necessidade de uma continuidade na exploração do tema deste projeto que se torna tão importante na identificação, transformação, construção e dinamização das comunidades em prol de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, com maior equidade, com maior poder de intervenção, em suma, uma sociedade onde a cidadania seja vivida com maior plenitude tendo em vista um Desenvolvimento Local e Social. O Serviço Social enquanto profissão, quer em autarquia quer em todas as suas áreas de atuação não deve ser colocado em causa nem menosprezado, logo, verifica-se também a continuidade de abordar todos os temas ligados à área social no sentido de ser possível verificar todas as suas potencialidades, bem como permitir que a sua intervenção consiga ser, além de assistencialista também uma área de prevenção que bem articulada com outros mecanismos e organismos se possa vir a tornar numa das mais importantes dinâmicas do âmbito individual e social. As Ciências Humanas e Sociais são necessárias à vida humana pois a vida humana vive em sociedade e é nesse sentido que se deposita toda a sua importância. Quem vive em sociedade em todas as escalas, comunidades, países, globalmente, tem de ter consciência de si mesmo, do próximo, e dos mais afastados para que a partir de si mesmo consiga transformar e melhorar todos os dias este mundo confuso e complexo em que vivemos.

Referências Bibliográficas

Ágoas, F. (2013). Narrativas em perspectiva sobre a história da sociologia em Portugal. *Revista Análise Social*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000100010>. [Consultado em 14/03/2017].

Baquero, R. (2012). Empoderamento: Instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*. (pp.173-187). [Em linha]. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>>. [Consultado em 26/03/2017].

Bulhões, M. (2009). *O Serviço Social Autárquico numa perspectiva de empowerment*. Tese de Mestrado em Serviço Social. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2507/1/Tese%20Final.pdf>>. [Consultado em 19/03/2017].

Carvalho, M. I., Pinto, C. (2015). Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Revista Serviço Social & Sociedades*. (pp.67-90). [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n121/0101-6628-ssoc-n121-0066.pdf>>. [Consultado em 18/03/2017]

Desenvolvimento da versão em Português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). (1999). *Revista brasileira de Psiquiatria*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000100006>. [Consultado em 25/03/2017].

Fiori, J. L. (1997). Estado de Bem Estar Social: Padrões e crises. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*. (pp.129-147). [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>>. [Consultado em 25/03/2017].

Jara, C. J. (1998). *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*. [Em linha]. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B1128p/B1128p.pdf>>. [Consultado em 25/03/2017].

Lessard-Hébert, M., Goyette, G. e Boutin G. (1990). *Investigação Qualitativa-Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.

Macke, J., Carrion, R., Dilly, E. (2010). Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. *Revista de administração contemporânea*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552010000500005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. [Consultado em 24/03/2017].

Paiva, V. (2001). Sobre o Conceito de “Capital Humano”. *Cadernos de Pesquisa*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a10n113.pdf>>. [Consultado em 14/03/2017].

Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200007>. [Consultado em 15/03/2017].

Relatório do Desenvolvimento Humano. (2015). O trabalho como motor do desenvolvimento humano. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. [Em linha]. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. [Consultado em 18/03/2017].

Simões Lopes, A. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, Dilemas, Heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. [Em linha]. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/899>>. [Consultado em 16/03/2017].

Vala, J. (1987). A análise de Conteúdo. In: Silva, A., Madureira, J. *Metodologia das Ciências Sociais*. 6ª edição. Porto, Edições Afrontamento, pp. 103.

Siqueira, M., Padovam, V. (2008). Bases Teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. (pp.201-209). [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/ptp/v24n2/09>>. [Consultado em 27/03/2017].

Anexos

Anexo I - Guião da Entrevista

Guião da Entrevista

Fatores de Intervenção em Serviço Social Autárquico

Parte I

Serviço Social Autárquico: práticas.

Objetivo geral:

Analisar a prática do Serviço Social Autárquico no Desenvolvimento Local.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais problemáticas no contexto local;
- Contextualizar as atividades desenvolvidas no contexto local;
- Caracterizar as principais dificuldades associadas ao combate das diferentes problemáticas identificadas na comunidade.

Anexo II – Guião de entrevista

Caracterização sócio-demográfica do entrevistado.

1.1 Sexo

1.2 Idade

1.3 Habilitações académicas

1.4 Profissão

1.5 Situação profissional

1.6 Estado civil

Identificar as práticas do Serviço Social Autárquico no desenvolvimento local.

2.1. As práticas do Serviço Social Autárquico no desenvolvimento local.

2.2. Principais Problemáticas

2.3. Principais Atividades

2.4. Principais Dificuldades